

RIBEIRO, Eduardo Gonçalves

*militar; gov. AM 1890-1891 e 1892-1896.

Eduardo Gonçalves Ribeiro nasceu em São Luís do Maranhão em 18 de setembro de 1862.

Na juventude ligou-se ao movimento republicano em torno do jornal maranhense *O Pensador*, de orientação positivista. Em 1887 chegou a Manaus, onde serviu como tenente do Exército. Já na República, em 1890, foi convidado por Augusto Ximeno de Villeroy, que em 4 de janeiro tomou posse como governador do Amazonas, para compor a alta administração do estado como chefe de seu gabinete. Em 2 de novembro, quando Villeroy deixou o cargo e se transferiu para o Rio de Janeiro, substituiu-o no governo.

Em 13 de março de 1891 outorgou a primeira Constituição Política do Amazonas, que deveria ser submetida ao primeiro Congresso do estado. Seis meses após sua chegada ao governo, no dia 4 de abril de 1891, foi afastado, mas retornou no dia 12 seguinte, pela vontade popular expressa em manifesto assinado por 363 nomes entre os de maior influência em Manaus. Permaneceu no governo até o dia 5 de maio, quando chegou a Manaus, vindo do Rio de Janeiro, o capitão de fragata José Inácio Borges Machado, com ordem de dar posse ao vice-governador Guilherme José Moreira, barão de Juruá. Este deveria permanecer no governo apenas enquanto vinha da capital um interventor federal.

Após uma fase de instabilidade, em que se sucederam vários administradores, em 1892 Eduardo Ribeiro foi reconduzido ao posto de governador, com o apoio do então presidente da República Floriano Peixoto (1891-1894), em substituição a José Inácio Borges Machado, que por sua vez substituíra interinamente Taumaturgo de Azevedo, intimado a deixar o governo no dia 26 de fevereiro. Empossado em 11 de março, dissolveu o Congresso Legislativo e convocou novo Congresso Constituinte, que promulgou a Constituição estadual de 23 de julho de 1892, garantindo sua permanência no governo por mais quatro anos. Em fevereiro de 1893 sofreu uma tentativa de golpe por parte de um grupo de oposição liderado pelo major Tristão e apoiado pelo Partido Nacional de Constantino Nery. Após um enfrentamento armado, conseguiu manter-se no poder e enviar alguns revoltosos para Belém, embora Constantino Nery tenha permanecido em Manaus.

Em 1894 iniciou a construção do Palácio da Justiça, através de concessão à firma inglesa

Moers & Moreton. A obra ficou paralisada durante alguns meses, até que um novo contrato com José Gomes da Rocha garantiu sua inauguração em 1900, já no governo de Ramalho Júnior (1898-1900). Foi também durante seu governo que as obras do Teatro Amazonas, paradas desde 1886, foram reiniciadas e fortemente impulsionadas. A inauguração do edifício ficaria a cargo de seu sucessor Fileto Pires Ferreira (1896-1898).

A seu pedido, no dia 17 de agosto de 1895, o Congresso dos Representantes do Estado do Amazonas reformou a Constituição estadual. A última Constituição amazonense do século XIX estabeleceu a eleição de governador e vice-governador por sufrágio direto e voto aberto em todo o estado. Seu segundo governo chegou ao fim em 23 de julho de 1896.

Faleceu na cidade de Manaus em 14 de outubro de 1900.

Maria Eugenia Bertarelli

FONTES: Bib. Virtual do Amazonas. Disponível em: <<http://www.bv.am.gov.br>>. Acesso em: 21/2/2010; CASA CIVIL. GOV. AM.. Disponível em: <<http://www.casacivil.am.gov.br>>. Acesso em: 28/2/2010; REIS, A. *Historia*; SOUZA, A.; MENEZES, A.; COELHO, J. *Amazônia*; TRIB. JUST. AM. Disponível em: <<http://www.tjam.jus.br>>. Acesso em : 20/2/2010.